

Palestina: antes e depois de Cristo – Parte II

Hugo Hortêncio de Aguiar

Sumário

1. Introdução. 2. A destruição do Templo e da cidade de Jerusalém. 3. A Palestina até 395 depois de Cristo. 4. Invasões à Palestina. 5. O Estado de Israel e os palestinos; área, populações e confrontos. 6. Elementos essenciais e antagonismos do conflito. 7. Um enfoque especial. 8. Conclusão¹.

1. Introdução

Na 1ª Parte deste artigo, foi feito um acompanhamento mais ou menos pormenorizado das nações que habitaram a Palestina até o aparecimento de Jesus de Nazaré, e das invasoras, em número muito maior. Também procedeu-se a uma crítica de filmes e documentários de televisão sobre filmes bíblicos, motivada pela onda de projeções sobre esse tema, ligado ao assunto do nosso artigo.

Nesta 2ª Parte, em virtude do número excessivo de invasores da tão turbulenta Palestina, preferimos fazer um quadro cronológico panorâmico das invasões, para comentar os aspectos mais expressivos da compreensão dos atuais problemas de seus habitantes e suas perspectivas de solução. Paralelamente, porém, como de costume, faremos uma rápida apreciação sobre o filme “A Paixão de Cristo”, de Mel Gibson, somente agora assistido por este articulista, e que nos forneceu curiosos dados para a análise. Como o filme tem estreita ligação

Hugo Hortêncio de Aguiar é coronel reformado do Exército e especialista em cultura do Oriente Médio.

com o tema aqui abordado, e está em apresentação nas salas de espetáculo do mundo inteiro, para perto de quinhentos milhões de espectadores, ele tem despertado, obviamente, o interesse dos mais diversificados leitores.

2. A destruição do Templo e da cidade de Jerusalém

O primeiro século da Era Cristã foi um período conturbado da História. Sem falarmos da crucifixão de Jesus em Jerusalém (já incluída na 1ª Parte), foram tantos os eventos para a iniciação desta 2ª Parte que a escolha de um deles constituiu-se no nosso maior problema. Selecionamos “A destruição do Templo e da cidade de Jerusalém” pelos seguintes motivos:

a) Esse episódio liquidou com a oligarquia judaica e foi causa da 2ª-Grande Diáspora;

b) Embora os saduceus e os essênios tivessem sido eliminados, os fariseus transferiram o centro de sua atividade religiosa para Iavné, onde os romanos continuaram a reconhecer sua autoridade;

c) Com a vitória na Palestina de seu filho Tito, o chefe militar romano Vespasiano, a seu contragosto, foi empossado como Imperador em Roma, e o Império Romano conseguiu sobreviver por mais quatrocentos anos, a despeito da crise do ano 70 dC, a maior durante sua supremacia política no mundo, com grande repercussão no domínio da Palestina;

d) Para os atuais comunicadores de massa, especialmente os de televisão, escandalizados com as mortes de alguns americanos ou iraquianos hoje em dia, quando as armas de destruição são muito mais mortíferas que no passado, vamos informar que, na destruição de Jerusalém, em breve período,

morreram mais de dez mil pessoas, somente do lado judeu. Como isso ocorreu no ano 70 dC, cerca de quarenta anos depois da predição de Jesus, “a maior destruição de uma cidade de que o mundo teria conhecimento”, onde não ficaria “pedra sobre pedra”, julgamos um marco notável como ponto de partida histórico para o longo período de dois milênios, objeto de nosso estudo.

3. A Palestina até 395 depois de Cristo

Mesmo apesar da derrota contundente perante os romanos, os judeus, por seus representantes fariseus, continuaram distribuídos não somente pelas usuais áreas de dispersão, no exterior, mas também na própria Palestina, eis que, apenas na Galiléia, vinte e quatro núcleos permaneceram nas suas principais cidades.

Roma continuou a dominar a Palestina, e venceu mais uma rebelião, a de 132-135 dC, quando Jerusalém foi “romanizada” e chamada “Aelia Capitolina”, em homenagem ao então Imperador Adriano, cujo nome era Publius Aelius Hadrianus. O Final “Capitolina” é devido à tríade do Capitólio: os deuses Júpiter, Juno e Minerva.

A capital passou por uma reformulação muito grande, cujas bases permanecem até hoje, apesar das alterações de muralhas do período Bizantino, que procurou colocar dentro do perímetro vários lugares sagrados do cristianismo. Foi no ano 395 dC que houve a separação dos Impérios Romano e Bizantino (cristão), passando a Palestina ao controle de Constantinopla (Bizâncio).

A partir dessa data, as invasões foram tantas que resolvemos organizar um quadro cronológico, com os “invasores”, os “habitantes” principais, por ordem decrescente e “condições especiais” verificadas.

4. Invasões à Palestina

4. a. Quadro Cronológico

<i>Datas (de-até)</i>	<i>Invasores</i>	<i>Habitantes (por ordem decrescente)</i>	<i>Condições Especiais</i>
395-614	Bizantinos	Cristãos-Judeus	Judeus sofrem restrições e se dispersam pelo país.
614-628	Persas	Judeus-Cristãos	Judeus aliados dos persas; Depois, perseguidos por eles.
629-638	Bizantinos	Judeus-Cristãos	Acordos e rompimentos: Judeus e Cristãos; Judeus procurados por Maomé para acordos ² .
638-1070	Árabes (muçulmanos)	Árabes-Judeus-Cristãos	Judeus em Jerusalém; Acordos entre Judeus e Árabes; Paz para os Judeus.
1070-1090	Turcos (Seldjúcidas)	Árabes-Judeus-Cristãos	Muitos centros judaicos no exterior
1090-1187	Cruzados (Império Latino de Jerusalém) (1 ^a e 2 ^a Cruzadas)	Judeus-Árabes-Cristãos	Judeus perseguidos
1187-1244	Cruzados x Árabes (3 ^a , 4 ^a , 5 ^a) (Saladino)	Idem como p/anterior	Acordos entre Cristãos e Judeus Jerusalém proibida aos Judeus
1244-1248	Mongóis	Idem como p/anterior	Judeus voltam a Jerusalém e crescem em número Cristãos: representações religiosas
1248-1291	Cruzados (8 ^a Cruzada)	Idem como p/anterior	Os mongóis só se interessaram por pilhagens e saques Queda de Acre Fim das Cruzadas
1291-1516	Mamelucos Muçulmanos (do Egito)	Judeus-Árabes mamelucos	Forte colonização judaica Imigração da Espanha Paz geral
1516-1917	Turcos otomanos	Judeus-Árabes-Turcos-Cristãos	Grandes fundações judaicas Frustrada invasão de Napoleão 1 ^a Guerra Mundial
1917-1948	Britânicos (Mandato)	Judeus-Árabes-Cristãos	Declaração Balfour (lar p/ Judeus) Governo Árabe na Transjordânia Distúrbios entre Árabes e Judeus ³ Estado de Israel Partição da Palestina entre Árabes e Judeus
1948	Líbano, Síria, Iraque, Jordânia e Egito invadem Israel	Judeus-Árabes-Cristãos	Judeus desafogam Cidade Nova Jordânia com a Cidade Velha de Jerusalém
1956	Egito x Israel	Judeus-Árabes-Cristãos	Vitória dos Judeus e conquista do Sinai
1967	Guerra dos Seis Dias	Judeus-Árabes-Cristãos	Israel conquista Gaza, Banda Ocidental e Golan
Hoje	Israel x Palestinos Israel x Sírios (Golan)	Judeus-Árabes-Cristãos	Mediante acordo, palestinos ocupam Gaza, Banda Ocidental, sob administração de Israel Israel ocupa trecho de Golan

4.b. Análise sumária do quadro cronológico

1 – O número de etnias da Palestina no período em estudo é tão numeroso que fomos forçados a reuni-las num quadro panorâmico, sem consideração de contingentes dispersos menos expressivos, sempre presentes pela área⁴. Somente foram consideradas “nações” como habitantes aquelas que mais se ligaram à terra, para simplificação do estudo.

2 – Os “cristãos” representam várias nações, presentes na Terra Santa na condição de ordens religiosas, guarda de lugares santos do cristianismo e peregrinações. Nós somos obrigados a reconhecer a sua crítica da colonização, especialmente no período das Cruzadas, quando, como combatentes, os cristãos cometeram desastrosos.

3 – Um ponto que chama a atenção é a presença de judeus em todos os períodos. Mesmo nos períodos Bizantino (Cristãos) e Árabe-Muçulmano (Árabes), embora em minoria, os judeus estavam distribuídos em núcleos por toda a área. Nos demais períodos, sempre foram maioria. Convém ressaltarmos que o entendimento entre árabes e judeus, naquela época, era mais fácil do que entre essas duas nações e os cristãos.

4 – De todos os povos que conquistaram a Palestina, somente dois demonstraram apego à terra: os judeus, em primeiro lugar, pelo sonho milenar de uma pátria fixa na Terra Prometida, sob a liderança monoteísta de Moisés e em fuga à brutal escravidão no Egito; e os árabes, na sua expansão, motivados por Maomé, a levar a bandeira do Islã.

5 – Não podemos esquecer ter sido a conquista da Palestina, por judeus e árabes, sem considerar a motivação, realizada pelas armas, o que implica serem essas duas nações adequadamente consideradas, pelos historiadores, “invasoras” daquela região.

5. O Estado de Israel e os palestinos: área, população e confrontos

Desde a invasão dos filisteus, a Terra de Canaã foi batizada pelos gregos como “Pa-

lestina” e essa palavra já foi sobejamente explicada por nós em artigos anteriores. Assim, os dois povos habitantes da terra, os israelitas e os filisteus, foram realmente os “palestinos”. Muito depois, já no período romano, com o imperador Adriano, a região foi batizada com o nome oficial de Síria-Palestina (abreviada em Palestina) cerca de 135 dC, com os israelitas caracterizados, então, por judeus, samaritanos, galileus e idumeus, e constituindo os autênticos “palestinos”. Após a invasão árabe-muçulmana de 638 dC, os árabes passaram a ocupar definitivamente a Palestina, em maior ou menor grau, e formaram, com os judeus, já então personalizando todos os antigos israelitas, e sempre presentes na área, o contingente definitivo da Palestina. Os demais povos nunca se ligaram a ela. Somente com a criação do Estado de Israel, proclamado pela ONU em 1948, é que os dois povos foram “batizados” separadamente: os judeus e os palestinos (árabes). Essa é uma verdade incontestável.

A área destinada aos judeus (Erets Israel), mais ou menos correspondendo à atual, tem pouco mais de 20.000 Km², menor que o nosso Estado de Sergipe, e a área destinada aos palestinos (árabes) menos de 10.000 km².

As populações, em 1948, eram aproximadamente 630.000, os judeus, e 140.000, os árabes muçulmanos.

Mesmo sem contarem com os recursos de hoje em censos demográficos, os mandatários britânicos, responsáveis pela partição da terra, procuraram atender, tanto quanto possível, à situação *ut possidetis*⁵ existente. Com sua natural habilidade, na busca do mais indicado para a conciliação, os ingleses procuraram a divisão mais prática, uma vez que, desde 1921, os conflitos eram frequentes entre árabes e judeus, quase todos de natureza agrária.

Os conflitos foram motivados pela imigração crescente de judeus oriundos da Europa, particularmente da URSS, de onde trouxeram uma verdadeira ideologia social-revolucionária do campo, com a fundação das

fazendas coletivas de diversos tipos de socialização (Moshavá, Moshav, Kivutsá, Kibuts)⁶, o que forçou os tradicionais e humildes agricultores palestinos a abandonar seus assentamentos, porquanto não podiam competir com a tecnologia adquirida pelos judeus na dispersão. Nem mesmo um Estado Árabe, criado na Transjordânia, serviu para contrabalançar as forças.

Tão logo os ingleses deixaram a Palestina, ainda mesmo em 1948, o Líbano, a Síria, o Iraque, a Jordânia e o Egito invadiram Israel, com o propósito de liquidar o inimigo comum no nascedouro.

Embora muito superiores em número, os países árabes foram derrotados, numa guerra chamada pelos judeus de “Libertação”. Porém o lucro territorial de Israel não foi grande. Conseguiram liberar a Nova Jerusalém (a judaica) da pressão árabe e conquistaram alguns pontos estratégicos para futuras ações. No entanto, a Velha Cidade de Jerusalém ficou nas mãos da Jordânia.

No ano de 1949, um armistício entre árabes e judeus destinou a Banda Ocidental, ou Margem Ocidental, para os palestinos, administrada pela Jordânia, e também para os mesmos a Faixa de Gaza, esta última administrada pelo Egito.

Com a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e ampla vitória de Israel, os judeus reunificaram Jerusalém (tomando a Velha Cidade da Jordânia), e assumiram o controle e a administração da Banda Ocidental e da Faixa de Gaza, além do que conquistaram um trecho das Colinas de Golan, pertencentes à Síria.

A Península do Sinai, conquistada duas vezes do Egito, em 1956 e 1967, foi logo em seguida restituída ao Egito, mediante acordo e pressão internacional.

6. Elementos essenciais e antagonismos para solução do conflito

6.a. Elementos essenciais

São elementos de análise, fundamentais para a formulação das propostas de solu-

ção para o conflito judeu-palestino no Oriente Médio, sem os quais toda e qualquer iniciativa na busca da paz na região está condenada ao fracasso desde o início.

1) Jerusalém

É uma aspiração de judeus, árabes e cristãos. Os judeus a veneram como centro de todo o seu ideário bíblico, desde o tempo de Abraão e Melquizedec, com o nome de Salém. A partir de sua conquista por David, um pouco mais de um milênio antes de Cristo, a cidade foi conquistada e destruída quase vinte vezes e ressurgida por uma vontade férrea de seus habitantes.

Somente depois da proclamação do Estado de Israel, os judeus já entraram em guerra por ela duas vezes. A primeira, liberando a Cidade Nova (a judaica) do cerco jordaniano; a segunda, conquistando a Cidade Velha, e reunificando a magnífica Capital.

Os árabes, quando a conquistaram em 638 dC, transferiram os mecanismos administrativos para Ramla, perto de Lida, para não ferirem a magnitude mística da sua nova Cidade Santa por adoção, já que as suas Cidades Santas de origem são Meca e Medina.

Passaram a chamar Jerusalém de Al Quds Ash-Shariff⁷ (o Venerável Santuário) e construíram na Esplanada do antigo Templo judaico a Mesquita Al Aqsa, a terceira na hierarquia islâmica, e a “turística” Mesquita de Omar (na realidade Domo de La Roca), de onde Maomé, segundo uma tradição paralela, foi elevado aos céus.

Como os judeus, os árabes tomaram parte nas guerras de 1948 e 1967 por sua posse e, na nossa opinião, essa ansiedade pela formação de um Estado Palestino nada mais é que a busca de um meio bem estruturado para a conquista futura da cobiçada Capital.

Os cristãos já participaram de oito expedições (Cruzadas) para a posse de Jerusalém com a bandeira de “livrar a Palestina das mãos dos infiéis”, e, com o fracasso, só nos resta a nós, cristãos, o recurso fácil e poderoso da oração, o livre turismo e as peregrinações à Terra Santa.

Esclarecemos que todas essas considerações se referem à Velha Cidade, à bíblica (intramuros) e só se estendem à Nova (judáica) se falarmos dos judeus, construída bem maior, em área e população, e onde estão instalados os órgãos do Governo.

2) Retorno à Palestina

Ressaltado no número 5, anterior, a imigração de judeus, oriundos da Europa, no início do Século XX, é interessante notarmos que essas ondas de retorno à Palestina, em hebraico “Aliá”⁸, começaram ainda na dominação turca, a partir de 1888. Essas ondas se intensificaram depois da criação do Estado de Israel, motivadas pela mística da volta à terra sonhada, que, desde a derrota do ano 70 dC, os “Guardiães do Templo” (judeus que ficaram) procuraram manter com seu exemplo. A corrente migratória crescerá permanentemente, variando de intensidade conforme a situação política na Palestina e seu objetivo final atende a uma destinação quase messiânica.

Por seu lado, os palestinos sofreram muita pressão com a Guerra dos Seis Dias, cujo resultado foi um movimento centrífugo da Banda Ocidental para os países árabes periféricos, onde se tornaram desde logo um problema para os governos que os acolheram, constituindo um dos sérios desafios do Médio Oriente.

Esses refugiados palestinos, árabes, ansiosos pelo retorno às restritas áreas de onde saíram, não possuíam mística de Terra Prometida, mas uma grande necessidade de um nível aceitável de sobrevivência.

Eram numerosos, cerca de 4.000.000 (quatro milhões), que, somados aos judeus ainda por retornar, vão atingir uma proporção de 350 a 400 habitantes por Km², uma cifra preocupante. Como curiosidade, e para comparação, vamos citar alguns exemplos: Sergipe, o menor estado brasileiro, tem 68 hab./Km²; a Bahia, 23 hab./Km²; o Rio de Janeiro, 298 hab./Km², este o estado de taxa mais alta do Brasil, em virtude do Grande Rio. Esses são números aproximados, como também considerarmos 29.000 Km² a área total

da Palestina, somadas as duas áreas destinadas a judeus e palestinos. Todos os países, pelas condições geofísicas, possuem áreas não utilizáveis. Na Palestina também é assim, mas diferente, porque tudo ali é diferente do resto do mundo. Escassa em água doce, baixo índice pluviométrico e higrométrico, a região se espalha ao Sul pelo deserto do Néguev, árido e inclemente, praticamente inabitável em curto prazo. Também as encostas das montanhas da Judéia, desérticas, a descer abruptamente para o Mar Morto, além de inabitáveis, constituem um desafio para qualquer turista “acrobata”. Essas duas áreas, somadas, constituem cerca de um terço da superfície total da Palestina.

Com todas essas dificuldades, os judeus e os árabes-palestinos são encantados por essa terra. Também os de outras nacionalidades, vivenciando-a turisticamente apenas de relance, já ficam fascinados pelo seu valor histórico e messiânico, e desejam a ela retornar sempre que possível.

3) Golan

As colinas de Golan estão situadas na Síria. O trecho ocupado por Israel em 1967, num arriscado avanço de fim de jornada, e caracterizado por um erro infantil dos defensores sírios, tem uma superfície de 1.150 Km².

Com essa ocupação, Israel, na Guerra de 1967, resgatou uma tropa altamente especializada que operava no vale Nordeste da Alta Galiléia.

No nº 153 desta Revista, no artigo “Israel – Estado e Religião”, abordamos esse assunto, ressaltando o valor tático dessas alturas, com o potencial de destruir, até com armas de tiro tenso (metralhadoras, fuzis, etc.), qualquer tropa em circulação no vale do Jordão superior, entre Cafarnaum e Dan, área absolutamente necessária para a segurança dos 80 Km de extensão da fronteira com a Síria. Essa área, somada aos 120 Km com o Líbano, torna a fronteira Norte-Nordeste de Israel uma região crítica.

Dessa forma, julgamos o tema “Golan”, embora aparentemente de menor importân-

cia, inegociável para Israel, como busca de uma solução de paz com os palestinos.

4) Faixa de Gaza

Sempre tem sido um problema para os judeus. Historicamente, para falar com sinceridade, nunca pertenceu a Israel, a não ser como base provisória de ações defensivas ou ofensivas ou como refúgio nos períodos de invasão estrangeira.

Desde o tempo dos filisteus, quando estes mantiveram a predominância de toda a faixa com capital em Gaza, durante o Reino de Israel, e posteriormente durante as campanhas pela Palestina – em que Gaza se caracterizava sempre por um “sabor” egípcio –, somente com o Estado de Israel e as suas contundentes vitórias com seu vizinho de oeste, Gaza passou a ser integralmente judaica, trazendo mais problemas e preocupações do que vantagens para o governo de Jerusalém, apesar de sua excepcional posição estratégica como “Posto de controle” da “Via Maris” dos romanos.

Vários complicadores poderiam tornar a Faixa de Gaza uma ameaça muito maior como área de fronteira:

I – Fazer parte, como terminal, de uma fronteira seca, marcada sobre a areia do deserto, que vai de Rafá, na ponta Oeste, a Eilat, no Mar Vermelho, com 180 Km de extensão, facilmente infiltrável, particularmente nos trechos não controlados, propiciando a passagem subterrânea de armas e explosivos;

II – Ponto de fácil reunião de terroristas, que a ela têm acesso por terra e por mar;

III – Sua compartimentação seletiva (divisão em blocos), não somente na zona rural como também na urbana, numa faixa litorânea de 50 Km x 6 Km, oferece condições favoráveis a ataques aéreos e terrestres de blindados;

IV – Tem servido de alternativa para assentamentos judaicos em sítios palestinos, com as naturais complicações futuras;

V – Embora um tanto excêntrica em relação ao coração da Palestina, dista pouco mais de 40 Km do porto de Ashdod, o mais

moderno e, do ponto de vista militar, mais operacional de Israel, o que o torna um alvo em potencial de ações oriundas de Gaza;

VI – Apesar da limitada área (cerca de 300 Km²) possui uma expressiva população, um milhão de palestinos, e apenas alguns milhares de judeus assentados na periferia.

Com todos esses fatores de agravamento, que, sem dúvida, tornam a Faixa de Gaza uma região explosiva, de atritos constantes, não a julgamos – em consultando a história e a filosofia política de Egito e Israel – uma ameaça à segurança nacional desses países vizinhos. Por isso, não vamos considerar a Faixa de Gaza, no item a seguir, um “antagonismo”, senão um “elemento essencial” nas propostas de paz, contudo perfeitamente manobrável na mesa de negociações.

6.b. Antagonismos

São fatores que não somente dificultam, mas impedem qualquer resposta de paz no conflito do Oriente Médio entre judeus e palestinos.

1) O Estado de Israel

Após quase quatro milênios de lutas e vicissitudes por uma pátria fixa, dela várias vezes desterrado pela força, e a ela retornando insistentemente para juntar-se aos que, sonhadores, sempre permaneceram na Palestina, o povo judeu, finalmente, conseguiu o reconhecimento de seu vínculo histórico à terra de adoção. Esse reconhecimento deu-se, primeiramente, em 1917, pela Declaração Balfour e cristalizou-se posteriormente, em 1947, pela ONU, mediante uma resolução que criou o Estado de Israel na Terra de Israel.

Além disso, determinou (a resolução) aos habitantes judeus da Terra de Israel que tomassem, eles próprios, todas as medidas para a organização de um Estado soberano. Uma das medidas, já iniciada anteriormente nas Guerras Mundiais (1^a e 2^a), em que os judeus atuaram como tropa auxiliar dos aliados contra a Alemanha, foi a organização de uma força de defesa, com o apoio dos

aliados ocidentais, especialmente os EE. UU., e com o suporte de uma indústria bélica própria da alta tecnologia que já despon-tava.

Até aqui, nada de novo a destacar.

Acontece, porém, que os países árabes ou arabizados que circundavam a Palesti-na, e que foram conquistados pelas armas, sob a bandeira do Islã e com a decisiva utili-zação do idioma árabe, tinham agora como centro e pólo do dispositivo um país com outra filosofia religiosa, outras tradições, um idioma – embora semítico - que apresenta sensíveis diferenças com aquele, e, além de tudo, um país impregnado de ocidentalismo.

Em síntese, um inimigo à vista, quase dentro de casa, muito bem armado e o único país não conquistado.

Era necessário acabar com ele no nasce-douro.

Tão logo os britânicos se retiraram, ain-da no ano 1948, o Líbano, a Síria, o Iraque, a Jordânia e o Egito invadiram o Estado de Israel, com o fim de destruí-lo.

Nascia assim um antagonismo perma-nente, que iria crescer cada vez mais com a vitória de Israel na chamada “Guerra de Independência” e mais ainda com a “Guer-ra dos Seis Dias”, em 1967, em que Israel assumiu o controle da Banda (ou Margem) Ocidental, ou Cisjordânia, da Faixa de Gaza, e ocupou um trecho das alturas de Golan, além de reunificar a Grande Jerusalém (a Nova e a Velha Cidade).

2) Essa situação, a atual distribuição de áreas e responsabilidades, com pequenas alterações, é conseqüência do último episó-dio de guerra convencional, na qual os ára-bes sofreram uma derrota contundente, e ti-veram a convicção de não poderem enfren-tar os judeus nesse tipo de operação militar. Por esse motivo, procuraram uma nova mo-dalidade de luta armada. Após inúmeras dissidências e cisões entre grupos de influê-nia religiosa e política, comuns na comuni-dade árabe, foi vencedora a idéia da adoção de ações extremadas, que, no conjunto, cons-

tituem o “terrorismo” atual, variando de isoladas ações individuais ou de pequenos grupos em assentamentos judaicos da zona rural a ataques suicidas por homens-bom-ba nos centros urbanos. Surge aí o segundo antagonismo, cujos resultados não comenta-remos, porque são publicados diariamente por todos os meios de comunicação.

3) A resposta do Exército de Israel a es-ses atos é implacável e, dos dois lados, tem morrido um número expressivo de civis ino-centes, incluindo mulheres e crianças, o que forçou, por diversas vezes, o encontro de lí-deres judeus e palestinos com o fim da pa-rar a mortandade.

O resultado dessas reuniões de dirigen-tes caracterizou então uma falha na lideran-ça política palestina, enquadrada como “an-tagonismo”, e um dos mais sérios, que clas-sificamos como o de nº 3.

Essa ausência de líderes civis, democrá-ticos, que, no mundo árabe, podemos cha-mar de “seculares”, é facilmente explicável. Os palestinos são provenientes de países árabes ou arabizados, adotaram formas de governo teocrático-monárquicas, centraliza-dor, quase sempre despótico e exercido por elementos da linha sucessória da realeza, e ainda são ligados, com menor ou maior de-pendência, a líderes religiosos do Islã.

Essas formas teocráticas de governo ti-veram origem na Arábia Saudita e foram exportadas pela expansão árabe. Fora desse modelo, só existem lideranças despóticas.

Quando Yasser Arafat, na ausência de um Estado Palestino, organizou a OLP (Or-ganização para a Libertação da Palestina), deu-lhe caráter nacional e passou a “Presi-dente da autoridade palestina”, sensibiliza-ndo o mundo ocidental (foi aclamado de pé na ONU) por sua tentativa de criar um perfil de líder democrático. Ele organizou um conselho político, um embrião de um órgão dirigente do futuro estado palestino, que não lidera absolutamente nada.

Os verdadeiros líderes, os religiosos da ala radical, contam com o apoio total da população, como, por exemplo, Ahmed Yas-

sim, líder do Hamas, e seu sucessor, Abdel Rantissi, recentemente eliminados.

Os chefes islamitas da ala moderada estão apagados, alienados do processo político. É uma perspectiva de cisão no Islã que já está produzindo seus efeitos, com a organização de congressos na Arábia Saudita e em outros países da Ásia, com o propósito de convocar toda a comunidade árabe internacional à verdadeira e autêntica doutrina de Maomé, absolutamente contrária à violência.

Quanto a Arafat, a despeito de manter uma boa dose de popularidade com o povo palestino, vem perdendo a confiança dos emissários ocidentais, adquiriu a suspeição dos dirigentes judeus e está desgastado nas bases radicais da luta armada palestina.

Talvez isso tenha sido a sua salvação. Ninguém até hoje conseguiu definir a sua personalidade, nem o que é, nem o que pretende exatamente.

4) Fronteira

A única fronteira física, geográfica, definida, existente no território palestino, é parte da fronteira Nordeste com a Síria, onde a margem oriental do Mar da Galiléia (Lago Tiberíades, Quinéret, de Genezaré) serve de limite natural, continuada pela fronteira Leste com a Jordânia, formada pelo Rio Jordão, pelo Mar Morto e pela Baixada do Aravá.

A atual fronteira, a separar a Banda Ocidental da Terra de Israel propriamente dita, é uma fronteira seca, sem marcos geográficos, definida por acordos e absolutamente artificial.

Numa extensão aproximada de 800 Km, transponível por elementos a pé em qualquer trecho e por pequenos veículos em muitas passagens, também pode ser facilmente infiltrada por elementos terroristas, e expõe as cidades de Haifa (a 33 Km), Tel Aviv (a 25 Km), Lod (Aeroporto, a 12 Km) a ataques de todo o tipo, inclusive por mísseis de pequeno alcance.

Muito mais grave é a situação de Jerusalém, especialmente a Cidade Nova (judaca), abraçada pelas bordas internas dos dois grandes conjuntos territoriais palestinos,

além da ameaça constante e imediata do segmento oriental da Grande Jerusalém.

Essa fronteira, que pode ser chamada de “antagonismo vivo”, é causa de tensão contínua, para habitantes com compromissos e encargos de ambos os lados, espaço onde muitos circulam para o trabalho de cada dia, não pode ser substituída por uma muralha, uma solução pouco inteligente, por seus efeitos psicossociais e também por se tratar de um desafio a tentativas de demolições em represália.

No entanto, é preciso ressaltar que a fronteira, na situação política atual, não pode continuar como está, pois constitui uma fonte de atritos diários. E mais: se ela não for modificada e for criado o Estado palestino, constituir-se-á uma tragédia permanente, como a pior solução para esse conflito do Oriente Médio.

7. Um enfoque especial

Conforme assinalamos na “Introdução”, vamos fazer um pequeno comentário sobre o filme “A Paixão de Cristo”, que não pôde ser incluído na 1ª Parte deste artigo, em virtude de sua exibição aqui em Brasília ter ocorrido após o nosso trabalho ter sido enviado para publicação.

É do conhecimento público que o Mel Gibson sempre exagera na sua atuação como diretor ou produtor. Essa característica tem que ser levada em conta, com o devido desconto para as observações que faremos a seguir.

Se o diretor pretendia apresentar um filme para produzir choque, conseguiu o seu objetivo plenamente.

Também não concordamos com a opinião de segmentos da comunidade judaica, segundo publicaram alguns meios de comunicação, de que o filme era uma crítica severa ao povo judeu.

Somente assistimos ao filme uma única vez, mas guardamos de memória certos aspectos que nos impressionaram, pela justiça histórica e pela coerência mostrada na

interpretação dos principais personagens envolvidos naquele dramático episódio bíblico. Vejamos alguns desses aspectos:

1) A imagem de Maria, sóbria, moderada, de atitudes equilibradas em face do sofrimento do Filho e o ineditismo da frase “Meu Filho, até onde vais permitir esse sofrimento?”, durante a marcha para o Calvário. Isso jamais vimos anteriormente em filmes sobre o tema, eis que revela uma inteligente abordagem da percepção de Maria sobre a missão sobrenatural de Jesus, discretamente guardada;

2) As vestimentas das “mulheres de Jerusalém”, juntas com Maria, vindas da Galiléia, combinam com as pesquisas fidedignas feitas pelos maiores especialistas no assunto, a que juntamos modestamente as nossas, realizadas durante muitos anos e algumas delas nos próprios locais onde transcorreram os eventos. Respeitou-se, ainda, o perfil antropométrico das “mulheres de Jerusalém”: estatura mediana, pele clara, dolicocefalas e de nariz afilado⁹. A fotografia é histórica, bem revelada e, acima de tudo, responsável;

3) A conduta dos judeus durante o julgamento na casa de Caifás não apresentou novidades: frustrados com o novo Messias, “que não era deste mundo”, desmoralizados publicamente pelos sinais de Jesus, ameaçados da perda dos privilégios oligárquicos pelos romanos e exaltados pela aproximação da Páscoa, que sempre causava excitação, os judeus (particularmente os dirigentes fariseus) se compensavam com as bofetadas e cusparadas gratuitas aplicadas no indiciado, expressão fiel da frustração e do desespero de que estavam possuídos.

Não vemos em que o Mel Gibson tenha exagerado.

Quanto aos romanos, uma análise mais profunda da Flagelação (um verdadeiro massacre), ponto mais alto do filme para produzir choque ao espectador, alinha duas séries de considerações: a primeira, a favor do diretor do filme; a segunda, fazendo-lhe certas restrições.

Primeira série de considerações:

1) Os romanos sempre foram cruéis. Sua crueldade vinha de longas datas. Somente como exemplos: no período da República, com a derrota de Espartacus, seis mil de seus adeptos foram crucificados; poucos anos depois, com a morte de Caio Grato, três mil seguidores foram trucidados com morte violenta. Os romanos receberam dos antigos o castigo da crucifixão e o aperfeiçoaram com as modalidades mais perversas;

2) Uma das modalidades era fazer preceder a crucifixão pela flagelação, em que o condenado era açoitado com chicotes com argolas de metal nas pontas, para debilitá-lo e apressar sua morte na cruz. Isso, não para diminuir o tempo de sofrimento, mas para aumentar a disponibilidade de cruces;

3) Pôncio Pilatos, tudo indica, não queria crucificar Jesus, pois disse ao tribuno, seu auxiliar, para recomendar uma punição exemplar, mas evitar a morte. Com isso, queria apenas a exibição do indiciado, flagelado, para depois soltá-lo. Provavelmente não assistiu à flagelação e abandonou o Cristo à sanha dos algozes. Estes aproveitaram a oportunidade e deram vazão a seu ódio aos judeus (principalmente ao “Rei dos Judeus”) e ultrapassaram o número de chicotadas estabelecidas pela lei;

Os argumentos acima defendem a posição do diretor do filme em projetar a flagelação de Jesus como um massacre sem paralelo na História. Mas as seguintes considerações contrariam essa descrição do fato.

1) No tempo de Pilatos, as leis romanas eram caprichosamente explícitas, para não dar margem a interpretações erradas, especialmente por parte dos judeus, para evitar atritos. Alguns anos depois da morte de Jesus Cristo, Paulo de Tarso iria beneficiar-se dessa preocupação constante, pois o fato de ser cidadão romano o livraria de punições e talvez da morte em Jerusalém. Os romanos, em respeito aos costumes judaicos, não despiam completamente os condenados, limitando o número de chicotadas na flagelação. Ou seja, o condenado, amarradas as

suas mãos a um poste ou coluna, era chicoteado não pela frente, mas nas costas nuas, para que não fossem atingidas diretamente partes vitais e produzissem a morte nesse ato. Sendo um suplício público e controlado, tudo isso sugere uma flagelação um tanto diferente;

2) Os episódios posteriores à flagelação mostraram que Jesus ainda guardava alguma reserva de ânimo:

– carregou uma cruz completa, pesando 50 quilos no mínimo, em boa parte do percurso abrupto de 600 metros, embora caindo três vezes e contando com o auxílio do Cirineu;

– chicoteado constantemente, conseguiu levantar-se três vezes, embora rôpego, e retomar a caminhada;

– dirigiu-se, com voz audível, às mulheres de Jerusalém, fazendo-lhes recomendações de caráter doutrinário, o que indicava completo controle mental;

– pregado na cruz, perdendo mais sangue, falou palavras suficientemente altas para ser ouvido pelos judeus que passavam a certa distância, e conseguiu resistir vivo por quase três horas.

Nenhum homem normal, por mais vigoroso que fosse, resistiria vivo a tantos esforços depois de uma carnificina daquelas;

3) O convento das Irmãs de Sion, situado sobre as ruínas da Fortaleza Antonia, inaugurado em 1868, é um valioso arquivo de documentação dos principais episódios da Paixão de Cristo. O convento foi construído exatamente sobre a Litóstrotos e o Portão da frente da Fortaleza. São, pois, de capital importância as considerações emitidas nas publicações oriundas do Convento. Uma delas, “Antonia Lithostrotos”, edição de 31-09-62, em francês, sugere que a Coroação de Espinhos deve ter acontecido em virtude de terem os soldados romanos realizado com Jesus, ao vivo, o “Jogo do Rei”. Este exigia do condenado vários movimentos e atitudes impraticáveis para um exaurido quase morto;

4) Outro argumento não muito comentado pelos analistas é a atitude de admiração

de Pilatos (Marcos, XV, 44), ao receber o pedido do corpo de Jesus, por José de Arimateia. Não acreditando ter Jesus morrido, mandou chamar o centurião, para se certificar do relatado. Isso quer dizer:

– ou Pilatos estava esperando um fato sobrenatural, influenciado pela sua mulher, angustiada pela condenação;

– ou a recomendação feita por ele, Pilatos, ao encarregado da flagelação não foi aquela explicitada no filme (este baseado, naturalmente, em fontes fidedignas), mas para poupar o condenado. Em verdade ninguém sabe o que foi dito realmente.

Julgamos, sinceramente, que os argumentos dessa 2ª série não são suficientemente convincentes para anular a versão exibida no filme. Assim, reconhecemos ter Mel Gibson, como diretor de “A Paixão de Cristo”, realizado um trabalho magistral.

8. Conclusão

Durante o longo período da História aqui estudado, quase dois mil anos, foi elevado o número de nações presentes na Palestina, consideradas “invasoras”. Como “habitantes”, isto é, os que mais se ligaram à terra, despontaram os judeus e os árabes¹⁰.

A seguir, vieram os cristãos, embora não caracterizando uma nação, mas representando uma série delas. Os cristãos bizantinos foram os primeiros a assumirem os encargos de colonização da turbulenta Síria-Palestina, em uma transferência automática do poder romano, de Roma para Bizâncio (Constantinopla). Essa representação multinacional, a Bizantina, cujo ápice foi atingido com as Cruzadas, consistiu, na maior parte do tempo, em representações de ordens religiosas.

É curioso notarmos que a pequena Palestina, atração mística desde os tempos bíblicos, reparte a sua história atualmente com as três grandes filosofias monoteístas: o Judaísmo, dos judeus; o Islamismo, dos árabes; e o Cristianismo, de várias etnias do Ocidente e de parte do Oriente.

Como o conjunto dessas três crenças expressa um contingente de quase dois bilhões e meio de seguidores, detentor de mais de 80% da tecnologia mundial e controlador da comunicação global, podemos dizer que a Palestina se transformou num centro de tensão internacional, cujos antagonismos vão ficando cada vez mais sérios, sem perspectiva de neutralização a curto ou médio prazo.

Então – perguntarão os leitores –, não há solução para o conflito do Oriente Médio?

Se continuarem os antagonismos, entre judeus e árabes, bem como persistir a mediação – quase sempre de ocidentais –, a aplicar terapias ilusórias, com foco apenas na cura dos efeitos, valendo-se de ingredientes artificiais e inócuos, a nossa resposta é negativa.

As propostas de paz somente terão resultados compensadores se forem eliminadas, ou pelo menos contornadas, as causas profundas dessa incompatibilidade atávica entre essas duas nações, assentada, sem dúvida nenhuma, em base prevalentemente religiosa.

As duas etnias possuem fundamentos, estrutura cultural e material humano condizentes com uma reformulação filosófica, o que implica mudanças de conceitos, traduzidos em atitudes, algumas delas antipáticas (no âmbito das suas próprias comunidades), entre as quais sugerimos, como exemplo:

A – Para os judeus.

1) Uma reavaliação do critério “o trunfo é Espadas”, simbolismo da idéia “olho por olho, dente por dente”, com que a nação judaica se estruturou no período bíblico. O “Senhor dos Exércitos” presidia o destino dos combates diretamente, em consonância com a dureza dos sentimentos na época, a justificar essa atitude. Agora, porém, “o trunfo é Copas”, isto é, o coração deve impelir as coletividades para a busca de solidariedade, da harmonia entre os povos, da paz entre as nações, ante o desencanto das guerras modernas;

2) A noção de “Povo de Deus”, para uma única minoria étnica, embora valorosa e respeitada pelos mais heróicos eventos bíblicos e eventos históricos, não encontra aceitação em outras confissões, ou seitas religiosas, e está completamente superada no atual estágio da cultura filosófica moderna. Independentemente da universalidade de Paulo de Tarso – que, sabemos, não ser do agrado dos judeus –, esse conceito, de restrição messiânica, não mais atende aos reclamos do ecumenismo religioso e humanístico.

B – Para os islamitas (muçulmanos).

1) É necessário que os líderes religiosos, os guardadores fiéis dos ensinamentos da mais pura essência moral, de Maomé, e que são de fato a maioria, levem à frente a reação já iniciada no mundo islâmico contra a chamada ala radical. Esta, por sua posição extremada, aproveita-se do fundamentalismo religioso de expressiva parcela da população árabe para pôr em prática uma atuação armada assemelhada a uma guerra santa. Esse movimento de protesto à atual política de tolerância do terrorismo, embora não caracterize ainda um cisma, já promove congressos, passeatas e manifestações públicas em vários países da Ásia, inclusive no Iraque;

2) A ala conservadora está precisando mesmo é de personalidade para o enfrentamento decidido com os mandantes terroristas, que escolheram uma modalidade de luta completamente desafinada com os textos do Corão, maldosamente adulterados na sua interpretação pelos radicais.

Urge esclarecer os muçulmanos dessas facções terroristas que o Islã não pode servir de argumento místico para a justificativa de ações de barbaridade pré-histórica, vazias de qualquer sentimento de humanidade, e, muito menos, para sensibilizar a comunidade, simpatizantes e a população árabe em geral, no sentido de criar imagem de guerra santa à reação contra a ocupação estrangeira. Nessa campanha psicológica, os líderes terroristas estão manipulando,

com muita inteligência, parte expressiva da imprensa ocidental. Esta última não assimilou, ainda, a ameaça maior que paira sobre a comunidade internacional.

C – Para os cristãos

1) No Velho Mundo, as comunidades, em geral, estão apavoradas com o terrorismo. Nações com o mais tradicional e exemplar repertório de luta pela cristandade estão perdendo a personalidade e, como robôs teleguiados, modelam a sua política externa, e mais ainda a interna, em função de ameaça à distância de grupos terroristas. Potências, historicamente aureoladas pelo orgulho nacional, episodicamente se reúnem para uma atuação efetiva contra essa ameaça, mas na realidade esses encontros multinacionais não têm caráter prático, seu papel é a transferência das soluções indefinidamente, contanto que não sejam inscritas na chamada “lista negra”. Utilizam mecanismos paralelos de compensação publicitária, como a proibição de símbolos cristãos e véus muçulmanos, em defesa da soberania do Estado diante das influências monoteístas. Seus representantes fazem um jogo de equilibristas virtuosos, e artisticamente o fazem desde os últimos conflitos no Oriente.

2) No Novo Mundo, os americanos, do Norte, estão querendo levar o seu reconhecido sistema democrático às nações muçulmanas, particularmente às árabes. Não se lembram de que essas nações são oriundas da Península Arábica, berço do conservadorismo, que exportou governos monárquico-teocráticos para toda a região, e que, por sua tradição milenar, conservará seu modelo ditatorial de governo. Utilizam os americanos os chamados direitos humanos para pretexto de suas guerras de conquista, mas são surpreendidos com a quebra desses direitos pelos seus próprios nacionais.

3) É um “farisaísmo” do mais alto nível no nosso mundo ocidental, que não possui credenciais para ditar regras sobre como as muçulmanas devem-se vestir ou como os judeus e os palestinos devem-se tratar mu-

tuamente, eles que, adeptos de outras filosofias religiosas, modelam-se por padrões sociais de conduta diferente, têm uma visão particular dos direitos humanos e, imediatamente, pagam um preço alto e imediato por qualquer iniciativa errada que tomam.

Apesar de tantas contradições e distorções de julgamento, o mundo civilizado, mais particularmente o ocidental, tem conseguido neutralizar parcialmente os antagonismos e manter uma custosa sobrevivência, malgrado alguns desgastes, graças a uma política de acomodação e concessões mútuas. Fazendo uso de prazos indefinidos, o Ocidente vai transferindo para o futuro a solução de problemas inadiáveis.

Contudo, surge agora um fato novo, um antagonismo universal, de muita gravidade e preocupação: a possibilidade de domínio da tecnologia nuclear e de aquisição de ingredientes radioativos para a construção de artefatos atômicos por parte de grupos terroristas, que podem empregá-los irresponsável, desesperada e fanaticamente.

A ação terá um efeito devastador.

A reação dos países desenvolvidos – uma vez atingidos –, que já dispõem desse instrumento de destruição em massa, em grau muito maior de poderio e eficácia, seria implacável, não tenhamos dúvida, e as conseqüências catastróficas.

O prazo de que dispúnhamos para uma solução racional está-se acabando e, quem sabe, já se acabou, pois o controle do “mercado negro” de material atômico é praticamente impossível, segundo declarou publicamente um dirigente do órgão internacional de fiscalização.

Assim sendo, os responsáveis pela segurança deste planeta, enquanto é tempo, devem fazer uma reciclagem – inclusive espiritual – nos moldes das reformulações citadas, única forma de neutralizar essa ameaça real e global e de adquirir a força moral necessária à luta pela salvaguarda da civilização e sobrevivência da humanidade. Fora disso, não há salvação.

Notas

¹ As grafias de nomes próprios aqui presentes são apresentadas conforme são pronunciadas.

² Pouco antes de morrer, Maomé enviou emissários ao Sul da Palestina, próximo a Eilat, para contatos com judeus, prevenindo uma futura invasão árabe.

³ Nesse período, ocorreram os primeiros distúrbios sérios entre árabes e judeus, após a Declaração Balfour.

⁴ Considerações sobre minorias, como drusos, bahais, gregos, mesopotâmicos e outros, não foram levadas em conta para não sobrecarregarem o trabalho.

⁵ Expressão latina de direito que corresponde em português a “conforme a posse”.

⁶ Moshavá-aldeia; Moshav-aldeia de pequenos proprietários; Kivutsá-povoado coletivo; e Kibuts-povoado coletivo grande.

⁷ A grafia é Al Quds Al Shariff.

⁸ “Aliá” é uma transliteração do hebraico e significa “subida”. Sendo Jerusalém alta (830 metros de altitude), para o imigrante que lá chegava, subentendia-se que subia à Capital.

⁹ E bonitas, no juízo deste articulista.

¹⁰ Não foram considerados os romanos, porque já estavam na Palestina durante o período estudado na 1ª Parte.

Bibliografia

A PAIXÃO de Cristo. Direção e produção de Mel Gibson. Estados Unidos; Itália: Fox Films, 2003. 1 DVD (127 min.), Widescreen, color.

BAHAT, Dan. *Veinte siglos de vida judia*. Jerusalém: [s.n., 19--?].

BURNS, Edward Mc Nall. *História da civilização ocidental*. São Paulo: Globo, 1970. 2 v.

FARES, Mohamad Ahmad Abou. *O pilar da oração no Islamismo*. Curitiba: [s. n., 19--?].

GIORDANI, Mario Curtis. *História do mundo árabe medieval*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

JOSEFO, Flavio. *Guerra de los judíos: destrucción del templo y ciudad de Jerusalén*. Barcelona: Obras Maestras, 1961. 2 v.

RENAN, Ernesto. *O anti-Christo*. Tradução de Campos Lima. Porto: Chrdron, 1930. 390 p.

SAUD, Muhamad. *The concept of worship in Islam*. Pakistan: [s. n., 19--?].

VILNAY, Zev. *Guia de Israel*. Jerusalém: La Sema-na, 1977.

TORÁ, profetas e escrituras. [S. l.]: Israel agency, 1970. Em hebraico.